

Cómo citar este artículo:

Elpidio, M.H., Da Silva-Valdo, J.P., Vaz- Da Silva, S.R., Vieira-Teixeira, R., Paulino-De Lanes, M. (2025). O Serviço Social Na História: A Relação Entre Os Fundamentos E A Questão Étnico-Racial. *Revista Eleuthera*, 27(1), 55-73. <http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.4>

O Serviço Social Na História: A Relação Entre Os Fundamentos E A Questão Étnico-Racial.

ELEUTHERA


MARIA HELENA ELPIDIO*
JOÃO PAULO DA SILVA VALDO**
SANDRA REGINA VAZ DA SILVA***
RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA****
MÔNICA PAULINO DE LANES*****

Resumo


O artigo aborda a relação entre os fundamentos do serviço social e as relações étnico-raciais na perspectiva da tradição marxista como pressupostos fundamentais para a compreensão e análise da realidade e da questão social. Parte da concepção crítica do Serviço Social na História, cujo trabalho profissional é construído nas contradições e nos movimentos do real, considerando as disputas junto à classe trabalhadora, por um horizonte emancipatório. As relações étnico-raciais compreendidas sob este prisma da totalidade histórica se constituem como solo fértil para decifrar como o racismo se mantém como arma de dominação do capitalismo em especial, nas particularidades de países da América do Sul, tendo aqui por referência, o Brasil. O estudo é fruto de uma acurada revisão bibliográfica, que nos permite afirmar que tais relações entre classe, raça, gênero/sexualidade e território estão diretamente alicerçados nas formas de vida, organização, lutas e resistências que se articulam visceralmente com a questão social, objeto do trabalho profissional.

Palavras chave: serviço social; fundamentos; questão social; questão étnico-racial.


* Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES), doutora em Serviço Social (UERJ), pós-doutora em Serviço Social (UFJF). CV. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1691897538435694>. Pesquisadora CNPq - PQ2. Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces (UFES). Membro da coordenação colegiada da pesquisa em rede internacional "O serviço social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa (1960 – 2020). Coordenadora do sub-projeto "A questão étnico-racial e os fundamentos do serviço social: uma necessária relação na formação profissional". E-mail: lenaebreu@gmail.com.

 orcid.org/0000-0001-8243-5427 **Google Scholar**


** Professor substituto (UFES) e Doutorando em Serviço Social (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces (UFES) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Racial e o Serviço Social (UFF/Niterói). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3086963782987529>. E-mail: jp.sivaldo@gmail.com.

 orcid.org/0000-0002-1347-8228 **Google Scholar**


*** Docente da escola de serviço social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói) e Doutora em Serviço Social (UFRJ). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Racial e o Serviço Social (UFF/Niterói). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5882497845485160>. E-mail: sandravaz@id.uff.br.

 orcid.org/0000-0002-2218-7318 **Google Scholar**

**** Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES). Doutor em Política Social (UFES). Pós-doutorando (PPGPS/UNB). Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces (UFES) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente GEDUSSC (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4063259554145218>. Email: rafael.v.teixeira@ufes.br.

 orcid.org/0000-0002-4857-3655 **Google Scholar**

***** Docente do Departamento de Serviço Social (UFES) e Doutora em Serviço Social (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces (UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662399514314223>. E-mail: monicapaulinodelanes@gmail.com.

 orcid.org/0000-0001-8755-5137 **Google Scholar**



rev. eleuthera. Vol. 27 n.º 1, enero-junio 2025, 55-73

Recibido: 29 de diciembre de 2023. Aprobado: 4 de septiembre de 2024

ISSN: 2011-4532 (Impreso) ISSN: 2463-1469 (En línea)

<http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.4>

Introdução

Este artigo é fruto de reflexões teóricas acumuladas no aprofundamento do debate das relações étnico-raciais na formação e no trabalho profissional no Brasil nos últimos anos. É fruto do desenvolvimento da pesquisa “A questão étnico-racial e os fundamentos do serviço social: uma necessária relação na formação profissional”¹ e compõe o projeto de pesquisa em rede internacional (intitulado “O Serviço Social na história: Questão Social e movimentos sociais – América Latina e Europa (1960 – 2020)”². De forma particular, nos interessa apontar como esta abordagem se apresenta como expressão do real e no processo da luta de classes, tendo em vista a perspectiva crítico-dialética marxista que referência e sustenta os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social brasileiro.

Os pressupostos desta pesquisa se desenvolvem em linhas gerais, a partir de algumas categorias marxianas e marxistas que emergem da necessidade de contribuir com o aprofundamento da compreensão da questão étnico-racial como elemento estrutural das relações sociais na sociedade de classes. Priorizou-se apontamentos a partir do diálogo teórico em torno da compreensão da acumulação capitalista, base para o processo de exploração do trabalho nesta sociabilidade e para a conformação da questão social e questão racial. Nesta direção, expropriação, exploração e opressão se constituem em uma dialética propícia aos interesses de dominação capitalista no âmbito da produção e reprodução da vida social. Com estas chaves interpretativas vale pontuar dois aspectos: 1) O debate de raça e classe não é antagônico e nem deve ser pensado de forma hierarquizada; 2) a questão racial não se reduz ao plano da particularidade da formação social brasileira (embora hajam especificidades nacionais), pois salvo engano, possui elementos estruturantes da vida social, na medida em que o racismo e sua reprodução atua diretamente na escala da produção e valorização do valor nos diferentes tempo/espacos do desenvolvimento das forças produtivas.

Este estudo reconhece a necessidade de ampliar e aprofundar esforços analíticos em torno desse debate - que vem numa crescente no Serviço Social brasileiro na última década -, na direção da tradição ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão em seu legado crítico. E, é motivado também pelo espraiamento de análises que descolam a questão racial da classe, com tendências liberais, culturalistas, identitaristas que crescem mediante ao avanço das perspectivas do irracionalismo (estruturalista e pós moderno), nos termos de Coutinho (2010).

¹ Projeto coordenado pela Profª Drª Maria Helena Elpidio (UFES), financiado pelo CNPq/Brasil na modalidade de Bolsista Produtividade PQ2 e pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), edital Nº 21/2023 Programa “Mulheres na Ciência”.

² Projeto aprovado pelo CNPq/MCTI Chamada Pública Universal No. 10/2023 – Processo: 405383/2023-1, alocada na UERJ no Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS).

Além de apontar para os riscos do reducionismo neoliberal da questão racial circunscrita à condição de “minorias/diversidades” e “público alvo” de políticas sociais seletivas e focalizadas nos ditos “vulneráveis”, o que despolitiza o debate em torno da Questão Social. Estas concepções idealistas levam a questão ao campo do integracionismo e da promoção social dentro da ordem.

De outro lado, e não menos importante, temos ainda um enorme desafio, que é o de superar o abandono e o apagamento da análise da questão racial no campo da esquerda marxista no Brasil (Farias, 2017). Acredita-se que este investimento coletivo de pesquisadores negros e não negros no avanço de produções no campo crítico radical, se aproxime de uma práxis antirracista ao reivindicar a superação do racismo e do capitalismo como tarefas dos sujeitos sociais, em uma dinâmica que associa memória e consciência (Moura, 2019, 2023; Gonzalez, 2020)

Ademais, temos uma dívida histórica com os povos originários e afrodescendentes em toda a América Latina e Caribe como forma de reconhecimento do silenciamento, apagamento, roubo e dilapidação destes povos e seus territórios no processo de colonização e do desenvolvimento capitalista pautado em expropriações. Estas marcas se fazem presentes por meio da superexploração do trabalho, dos impactos das profundas desigualdades sociais, da devastação cultural e ambiental promovidas pelo racismo encarnado na formação social dos seus países.

As reflexões aqui desenvolvidas se associam às milhares de vozes e movimentos negros e afro indígenas, erguidas desde a contestação e rebeldia do primeiro negro raptado de África para o trabalho forçado na condição de escravizado. Alinham-se também na busca de uma liberdade substantiva emancipada de uma sociedade que precisa caminhar para ações concretas de uma práxis antirracista anticapitalista.

Portanto, os estudos nesta área se mostram imprescindíveis para a apreensão do real neste modo de produção visando a sua superação, coerente com os fundamentos que norteiam o Serviço Social brasileiro. (Rocha, 2014; Souza, 2020; Elpidio, 2020; Moreira, 2020; Silva, 2021)

Sabemos que este debate se encontra com maior ênfase na agenda política da atualidade. Nota-se nos últimos anos um crescimento importante de estudos sobre a questão étnico-racial no Brasil e demais países, considerando tal questão no epicentro do capitalismo em crise. Diversas análises políticas, sociais econômicas apontam para a radicalização de conflitos territoriais com base étnica, marcados especialmente, por uma conjuntura de avanços de expressões neoconservadoras, fascistas, xenofóbicas e racistas, como táticas para conter a classe trabalhadora e priorizar a livre circulação e acumulação do capital (Haider, 2019).

As opressões e violências que assolam a população negra e as diversas etnias indígenas são expressões de um processo que possui raízes profundas do escravismo colonial ao imperialismo (Moura, 2023). O extermínio sucessivo da juventude negra, as precaríssimas condições de

vida, trabalho, moradia, seguridade social, a insegurança da população negra e indígenas, marcadas pelo genocídio, devastação ambiental e novas ameaças aos seus territórios, colocam o tema como pedra de toque nas análises dos impactos da dependência e do neoliberalismo nesta quadra histórica. Este debate ultrapassa os limites do Estado burguês, ampliando a discussão para além do campo das políticas de promoção da igualdade e sim, consolidando uma direção radical de análise ao questionar a ordem que produz tais fenômenos e reflete sobre as possibilidades históricas de sua superação. (Elpidio, 2020a; Silva e Fagundes, 2022)

Trata-se, portanto, de chamar a atenção para a compreensão de uma realidade social que tem como ponto de vista o trabalhador, suas formas de sobrevivência individual e coletiva como o centro da produção humana, sem romantizar que a superação do racismo pode se dar nos marcos da sociedade burguesa, sob a roupagem da “democracia racial”. É imperativo neste processo, superar a visão objetificada de uma suposta inferioridade e subalternidade destes sujeitos, reduzidos à condição de desumanidade, por uma branquitude caudatária do ideário burguês e racista. Neste sentido, vale contar a história sobre a organização e resistência do negro e a sua condição como sujeito da história (Moura, 2023, Nascimento, 2016).

Como se vê, são nas contradições e nos embates de uma classe que tem raça, gênero/sexualidade e território é que seguimos, entendendo nesta dinâmica os necessários avanços na luta antirracista no trabalho e na formação profissional na direção social que orienta o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, alinhado aos interesses da classe trabalhadora em sua diversidade (Elpidio e Valdo, 2022).

O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: concepção e seus fundamentos

O pressuposto aqui explicitado articula os fundamentos da profissão e o aprofundamento da compreensão da questão étnico-racial como componente estrutural das relações de produção e reprodução da vida social.

Para isso, apresentaremos um percurso analítico de pensar a história sempre em aberto no movimento das classes (Fernandes, 2011). Assim, além de consideramos as bases fundantes da acumulação capitalista sustentada pelo escravismo colonial, para o acúmulo do capital como um ato originário para a conformação da questão racial. Partimos também da apreensão deste processo em sua totalidade histórica como fundamental para a história da formação social da América Latina, que neste artigo, pautaremos a realidade brasileira para conectar “passado, presente e futuro” na direção da superação da sociedade de classes. (Fernandes, 2003, 2015; Moura, 2021, 2019, 2023)

Tendo a concepção crítica do Serviço Social na História, seus pressupostos e diálogos com os desafios do tempo presente, exigem uma análise radical das lutas e sujeitos sociais que incidem diretamente no trabalho e na formação profissional. Decifrar as camadas complexas dessa realidade é um desafio constante da profissão como sujeito coletivo da classe trabalhadora que atua como uma das especialidades no mundo do trabalho no contraditório espaço do Estado e sociedade civil no enfrentamento às diversas expressões da questão social. Compreendida desde o final da década de 1970, como matéria prima do serviço social. (Iamamoto, 1985; 2007)

Entende-se ainda ao recuperar os fundamentos do Trabalho e da Questão Social como elementos centrais da vida social (Yazbek, 2018; Iamamoto, 2007), tangenciadas neste artigo pela questão racial, mais uma vez, a profissão se coloca como parte da luta dos sujeitos históricos em movimento para enfrentar as questões do seu tempo.

Desta apreensão, desde o rico processo, conhecido como “Virada do Serviço Social brasileiro” (Silva, 2019), busca-se na profissão a articulação entre as dimensões teórico-metodológica e ético-política e técnico-operativa, na perspectiva de superar o tecnicismo e a endogenia, outrora hegemônicas na profissão, que ao cabo, se reduziria a reproduzir acriticamente práticas conservadoras pautadas na cisão entre história, teoria e método, presentes nas protoformas e no desenvolvimento da profissão na América Latina (Silva, 2019; Iamamoto e Santos, 2021).

Esta construção do processo de ruptura do serviço social com o conservadorismo no Brasil foi inspirada pelos ventos do Sul dos anos 1960 (Movimento de Reconceituação), impulsionada por questionamentos sobre a direção social e política do trabalho e da formação profissional desse período histórico. A partir da segunda década de 1970, com a forte influência da atuação acadêmica e política do CELATS (Centro Latino-americano de Trabalho Social) e uma articulação de profissionais com movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora, o serviço social brasileiro constrói então, o chamado Movimento de Ruptura (Netto, 2005; Iamamoto, 1995).

Do ponto de vista organizativo, foi a partir do CELATS com suas linhas programáticas de atuação na segunda metade dos anos de 1970, que se destacou a preocupação central com o processo de formação, organização e redirecionamento teórico-metodológico da profissão, denunciando, sobretudo, as bases confessionais que deram sustentação à origem e ao desenvolvimento da profissão. Esta preocupação se estendeu igualmente a uma “orientação voltada para um serviço social assistencialista, com forte referencial e funcionalidade institucional nos marcos de políticas sociais paliativas de Estado, direcionadas para o desenvolvimento do capitalismo em países dominados pelo imperialismo estadunidense.” (Elpidio, 2021, p.276)

Neste movimento, podemos salientar as seguintes questões: 1) a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países centrais para a contextualização histórica da ação profissional, o que intensificou o

diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas; 2) a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas e vinculado às lutas e movimentos sociais, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos; 3) a busca de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias; 4) a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” na linguagem usual da época. (Iamamoto, 2018, p. 214)

Conforme Fernandes (2011), ao observar a relação entre as classes sociais e suas tensões no contexto da autocracia burguesa, trata-se de uma análise da própria história e das ciências sociais, vai apontar leis que são inexoravelmente históricas:

É preciso não ignorar que, sob o capitalismo monopolista, a sociedade de classes não é menos antagonica por ser mais repressiva e opressiva [...] uma socialização deformadora e controles externos paralisadores acabarão se defrontando com os efeitos reativos de muitas tensões e outras tantas esperanças frustradas (Fernandes; 2011, p. 173).

Acompanhando a tradição marxista, Iamamoto (2007) indica que o Serviço Social neste movimento, busca “*fazer as pazes com a história*”. O exercício de tomar a história pela raiz faz parte da construção social desta profissão, uma vez que o Serviço Social brasileiro tem mais tempo em sua aproximação do pensamento histórico-crítico do que a prevalência exclusiva do pensamento liberal/conservador. Temos mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder. Afirmam-se afinidades entre a direção do Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de segmentos das classes trabalhadoras. Concorrem para esse aggiornamento tanto os avanços na organização das forças contra-hegemônicas ao ordenamento instituído quanto a reserva de forças políticas, profissionais e de iniciativas internas à categoria de assistentes sociais. (Iamamoto, 2017, p. 15)

Neste (re)encontro com a história radical, nota-se a relevância da incorporação do debate étnico-racial como elemento central para compreensão, análise e inserção profissional nas múltiplas expressões da questão social de “ontem e hoje”, para uma prospecção da recomposição da classe que tem raça, gênero/sexualidades e territórios. É neste chão de sangue pisado das nossas gentes desde a colonização e escravização negra que brotam resistências e sementes de futuro.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: apontamentos para a articulação com a questão étnico-racial

Partindo de elementos da totalidade histórica nos reportamos a Meszáros (2003), que evidencia em uma das suas obras que desde o século XX, marcado por duas grandes guerras mundiais, tem-se até o presente, um século atravessado por novos conflitos promovidos pelas artimanhas do imperialismo na geopolítica internacional do capitalismo em sua crise estrutural. O capital imprime de forma mais intensa e veloz a sua égide de controle e da gestão do trabalho, usando como instrumento primordial para a sua recuperação dos lucros a política neoliberal e de militarização da vida. Os impactos deste processo criam formas ainda mais perversas de exploração ambiental e do trabalho humano. (Mattos, 2020)

Portanto, o esforço intelectual aqui apresentado é de trazer algumas categorias do pensamento crítico marxista que se consubstanciam como fundamento para a análise da vida social e por conseguinte, do serviço social entendido como parte do trabalho coletivo especializado, inscrito na divisão social na sociedade capitalista e suas contradições do trabalho estranhado. (Iamamoto, 1985).

Pretende-se aqui tecer algumas mediações teórico-políticas desses fundamentos com o debate da questão étnico-racial como um dos elementos fundantes na análise e no enfrentamento à questão social visando a sua superação. Entende-se que capitalismo e racismo, são, portanto, faces da mesma moeda, partindo da compreensão de que a questão social se constitui nos marcos da sociedade capitalista, fruto dos embates entre capital e trabalho e que a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” (Marx, 2013, p. 690)

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da produção”, resulta simplesmente nisto: “a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerendo para pôr em movimento o capital adicional.” (Marx, 2013, p. 704)

Diante dos limites de um artigo, cabe aqui demonstrar como esta lei geral, é ela própria, a forma de produzir o conflito dos interesses das classes antagônicas e a raiz das chamadas desigualdades sociais e produção da miséria como fenômenos intrínseco ao modo de produção capitalista. Esta marcação se diferencia da forma clássica de justificar tais processos como um fenômeno individual passível de serem enfrentados nos marcos da sociedade burguesa. Ou seja, seguindo a lógica marxiana a questão social só pode ser enfrentada e superada com a luta de classes com o fim deste modo de produção. (Netto, 2001)

Marx (2013) explica a origem deste fenômeno considerando as rápidas transformações societais da Europa com a formação do proletariado urbano, onde tudo vai se convertendo em mercadoria, em especial, o trabalho humano como uma mercadoria “*sui generis*”, única capaz de criar valor e mais valor.

Ao recuperar ainda os escritos de do velho Marx, o capitalismo deve ser entendido como expressão das relações sociais, onde há uma cisão entre os trabalhadores produtores da riqueza e a propriedade das condições da realização do trabalho, ou seja, dos seus meios de produção. Assim são dadas as condições fundamentais para a produção capitalista. Deste modo, na chamada “*acumulação primitiva*” criam-se as condições sociais e históricas na transformação de produtores diretos em trabalhadores assalariados. (Marx, 2013)

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca do trabalho livre por dinheiro [...] Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material de trabalho. Isso significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural [...] (Marx, 2011, p. 65)

Para o autor, no processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital “a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho” (Marx, 2013, p. 257). Considerando as particularidades históricas diversas que não foram exploradas pelo autor, pode-se concluir que “A história desta expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2013, p. 787).

No processo de desenvolvimento das forças produtivas, o comércio ou esfera de circulação não comparece ocupando funções autônomas, “mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção” (Marx, 2011, p. 332). Neste roteiro, encontra-se a questão da terra, que pode ser entendida como atributo fundamental à esfera da produção e reprodução da vida, que apesar da mesma não ter valor em si como atributo natural, pois não é resultado do trabalho humano. Trata-se de um bem não reproduzível, entretanto, constitui o local onde ocorre o processo de produção. A terra não representa em seu estado bruto, trabalho materializado, embora, no processo produtivo do modo de produção capitalista, venha a se tornar mercadoria. Para dinamizar tal engrenagem, o capitalista precisa aplicar uma renda onde possa apropriar-se da terra para que esta se insira na esfera do valor.

A terra se torna um atributo indispensável à produção. Uma vez aplicada um percentual da mais-valia, amplia-se a capacidade produtiva da mesma e o potencial de exploração do capitalista no processo de acumulação, seja pela extração direta do excedente ou pelo direito de uso por meio do arrendamento da terra. (Marx, 2011, 2013)

Neste caso, a busca incessante do capital por novos territórios se justifica, em sua essência, por ampliar extraordinariamente a renda diferencial que advém do trabalho humano explorado em condições favoráveis ao capitalista, uma vez que, sem ele, a terra continuaria objeto estéril. No caso aqui abordado das colônias no século XIV e XV (anterior ao modo de produção capitalista, mas fonte da sua acumulação primitiva), o trabalho escravo foi a fonte para a usurpação dos recursos naturais por parte das metrópoles (Marx, 2011, 2013). O ouro de cá, é transformado em fonte de acumulação de capitais de lá.

Associando esta compreensão ao processo de conformação do genocídio dos povos originários e no racismo antinegro, se destacam um regime violento e desumano de colocar o negro (sujeito) como mercadoria, onde ele mesmo é transformado, em “coisa”, em objetos animalizados no processo de colonização capitalista. Traço que não fica circunscrito exclusivamente na acumulação primitiva. Mas, se renova e se ressignifica, tendo no “racismo o elemento fundamental à dominação capitalista” (Moura, 2021. p. 21)

Do ponto de vista do trabalho, Marx (2013) elucida ainda como o crescimento quantitativo e qualitativo nas alterações de capitais na sua composição orgânica (qualitativamente o capital constante cresce à custa do seu componente variável), ocorre com o avanço técnico e a intensificação a criação de excedentes. O que ora demanda um quantitativo de força trabalho vivo, ora o dispensa conforme o movimento de próprio processo desenvolvimento das forças produtivas que gera neste movimento um supranumerário de trabalhadores disponíveis, formando um exército social de reserva. Base para o processo de acumulação capitalista. (Marx, 2013)

Vimos então que a força motriz do processo de exploração do trabalho humano na criação de riqueza desaparece ilusoriamente aos olhos do trabalhador, pois os produtos de seu trabalho, aparece como lucro capitalista. Só que esta mágica só é possível por meio da obtenção e apropriação da mais valia, tendo o cerne da produção capitalista, o trabalho humano. A sociedade mercantil sobrevive e se amplia mediante a grande oferta da força de trabalho disponível, para criar assim, o seu exército de reserva (ou supranumerários). O crescimento de novos mercados e expansão capitalista se faz ainda com os avanços nos processos baseados em expropriações territoriais, exploração da força de trabalho no desenvolvimento de um capitalismo desigual e combinado, bases para o Imperialismo (Marx. 2011; Fernandes, 2015; Lenin, 2011)

Esta exposição, ainda que sintética, trás mediações que nos permite compreender como a questão racial se apresenta como elemento imprescindível no desenvolvimento do capitalismo por meio de uma lei geral de acumulação capitalista apoiada em uma divisão social do trabalho. Pois é no movimento de ampliação das forças produtivas que o mercado se manifesta pela lei de oferta e demanda, para regular e se apropriar da sua mercadoria mais preciosa, a força de trabalho. Em busca de maiores lucros com a exploração da mais valia, se uma sofisticada engrenagem de separação entre os trabalhadores, com uma hierarquização entre os trabalhos

especializados e as atividades tidas como braçais. Estes últimos caracterizados por condições mais precarizadas e com menores salários. Criam-se fluxos contínuos para a manutenção e a ampliação da taxa de lucros, segundo Marx (2013). A divisão social do trabalho, além desta hierarquização prescinde ainda de uma divisão sexual, racial e territorial do trabalho.

Assim, a lei geral da acumulação explica como o modo de produzir riqueza, sua concentração e crescimento incidem no aumento exponencial do exército de reserva e sua pauperização. Daí a superpopulação relativa é formada por camadas nítidas na composição do proletariado. A primeira é formada por uma *superpopulação relativa flutuante* que se insere no mercado no mercado de trabalho de forma sempre transitória na indústria que ora a dispensa, ora a incorpora este contingente da força de trabalho na produção. Geralmente, formado por homens, que tem na migração e construção das cidades o aumento da circulação de mão de obra abundante e por isso vive “com o pé no lodaçal da miséria”. (Marx, 2013, p. 718)

A segunda divisão, denominada *superpopulação relativa estagnada*, cuja condição de vida cai abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Forma uma ampla base para maior exploração do capital com “máximo tempo de trabalho e o mínimo de salário” (idem, p. 718). Por fim, a camada mais baixa que compõe a *superpopulação relativa*, que se caracteriza pelo pauperismo absoluto. São camadas tidas como *lumpemproletariado*, que tem como contingente principal trabalhadores tidos como “ameaça ou incapazes” no seio da sociedade burguesa. A dureza dos termos desta classificação deste contingente humano tido como “peso para o capitalismo”, nos impede neste texto de repeti-las de forma literal como Marx (2013) a desenvolveu na forma de crítica ao liberalismo. Em linhas gerais, são a imagem e semelhança da condição de vida da população negra escravizada e posteriormente, jogada à miséria inserida como párias no mercado do trabalho livre.

Assim, é possível compreender como a reprodução do racismo permite, por exemplo, que naturalizemos as desigualdades raciais como mera expressão das desigualdades sociais. Essa leitura se realizada de forma homogenia, nos leva a crer que há uma classe trabalhadora operária única, sem levar em conta as frações mais aviltadas e exploradas neste sistema que acirra e divide a classe, impondo um processo naturalizado de concorrência, mérito e capacidades individuais. O racismo, machismo patriarcal e sexismo desse modo, são parte de um sistema de opressões que permitem a intensificação da exploração capitalista.

Aqui está uma ponte importante entre a “lei da acumulação capitalista” e a questão étnico-racial. Esta chave compreensiva ajuda a desmistificar o lugar de subalternidade, incapacidade, inadaptabilidade de negros, especial de mulheres negras, no mundo do trabalho. As fileiras do desemprego, da dialética da miséria, da institucionalização e violências que vão da infância à velhice que acompanham sistematicamente a população negra, com esta apreensão, faz cair as “máscaras brancas”. Esta chave analítica também contribui para entendermos o enlace da questão social com a questão racial, aqui entendida não como sua mera expressão. Mas, como parte das suas determinações.

Embora em Marx não esteja desenvolvida a ideia da racialização das massas de trabalhadores excedentes, é possível apreender já no século XIX, que a divisão social prescinde da divisão racial, sexual e territorial do trabalho nos diferentes contextos históricos. Assim, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, apoiado no racismo, facilita a expansão quase que imediata de um contingente de trabalhadores negros superexplorados fonte imprescindível para um mercado de economias dependentes, com produtores de mercadorias de baixo valor agregado e por um longo percurso da história ainda preso à produção de *commodities*. (Marx, 2011)

Por isso, analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo nas diferentes formações sociais na perspectiva da totalidade histórica (Marx, 2011), é possível inferir que os fundamentos da vida social no capitalismo, em suas diferentes fases de desenvolvimento, têm no racismo e sexismo um dos seus pilares básicos (Gonzalez, 2021).

Trazendo este debate para a dimensão da particularidade, Moura (2014) aponta que o longo período do escravismo colonial vai determinar a racionalidade do sistema escravista que coloca o negro escravizado numa condição em que ele é duplamente mercadoria, pela sua própria condição de mercadoria-força de trabalho, e pela produção de mercadoria fruto da superexploração da força de trabalho. “[...] E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente coisificado”. (Moura, 2014, p. 49)

Por isso, a dimensão do escravismo colonial na compreensão de Gorender (2016), aprofundado por Moura (2014), verifica-se que este processo desencadeou um “modo escravista de produção” (p. 66). Traço marcante da formação social do Brasil o trabalho escravo serviu de base não só para o processo de acumulação primitiva, mas abriu um sólido caminho para um modelo particular da constituição do trabalho livre, tendo por um de seus pilares a manutenção da concentração de terras e de poder nas mãos das elites corroídas pela derrocada do modelo de *platación* ameaçado pela expansão da indústria capitalista.

Para Moura (2014) estes foram rasgos fundamentais para a cisão das classes de senhor x escravo com o declínio sucessivo do latifúndio, na monocultura, do trabalho escravo cada dia mais caro e voltado cada vez mais, para atender demandas de um mercado exterior mais competitivo do que o modelo atrasado do grande latifúndio. Por se constituir em uma sólida base para o desenvolvimento do capitalismo periférico, a escravidão no Brasil teve duração e complexidades maiores do que em outra parte do mundo (Gorender, 2016; Moura, 2014). Ademais, para Robinson (2023)

O racismo, [...] não foi simplesmente uma convenção para organizar as relações “internas” dos povos europeus, ao contrário tem sua gênese nas relações “internas” dos povos europeus. Como parte da civilização ocidental, ele repercutiria dentro e fora transferindo seu impacto do passado para o presente. [...] O desenvolvimento, a organização e

a expansão da sociedade capitalista seguiram essencialmente rumos raciais, assim como a ideologia social. (Robinson, 2023, p. 80)

Associando esta compreensão ao processo de conformação do racismo antinegro parte da escravidão como um regime desumano de colocar o negro (sujeito) como mercadoria, onde ele mesmo é transformado, em “coisa”. Moura (2014) aponta que o longo período do escravismo colonial vai determinar a racionalidade do sistema escravista que coloca o negro escravizado numa condição em que ele é duplamente mercadoria, pela sua própria condição de mercadoria-força de trabalho, e pela produção de mercadoria fruto da superexploração da força de trabalho. “[...] E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente coisificado (Moura, 2014, p. 49)”.

Sabe-se que a questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (Iamamoto, 2018, 2019)

Assim, considerando o caso brasileiro, podemos afirmar que a exploração capitalista da força de trabalho escravizada implicou algumas particularidades que marcam a passagem ao trabalho livre tipicamente capitalista. Conforme Fernandes (2011, p. 218): “Somos uma nação industrial com um forte contingente de trabalhadores semilivres e até hoje ignoramos esse elemento histórico e político, como se a Abolição tivesse engendrado por si mesma a universalização automática do trabalho livre.”

É no caminho traçado pelo aprofundamento da expansão monopolista do grande capital que a modernização conservadora se apresenta como promessa do desenvolvimento industrial do século XX, onde as marcas da América Latina abrem novamente as suas feridas. Nos termos de Eduardo Galeano

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos, suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente

determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (Galeano, 2012, p. 10)

O componente do racismo e do genocídio sistemático contra povos originários indígenas e negros africanos escravizados e seus descendentes fizeram parte da história do próprio desenvolvimento do capitalismo com a exploração e expropriação sistemática dos povos e comunidades deste lado Sul. (Willians, 2012; Quijano, 2005; Gonzalez, 2020; Ianni, 2004)

A doçura do açúcar e a maciez do algodão³ nunca fizeram parte da vida dos negros africanos escravizados e seus descendentes em diásporas. Prevaleceram as mãos brancas apropriando-se da sua cultura, sua religiosidade, sua produção, seus corpos, suas entranhas, seus filhos, seu suor e suas lágrimas como combustíveis amargos da máquina industrial capitalista.

No desenvolvimento das forças produtivas o trabalho, a terra e a vida são transformados em mercadoria. E neste mercado, existe uma “carne mais barata”⁴. E por isso, precisamos explicitar como os fundamentos da vida social no capitalismo se misturam com os fundamentos do racismo. E como esta química mortal, serve aos mais profundos interesses da manutenção desta ordem. Talvez, por isso, este debate tenha se mantido encoberto por tanto tempo, nos escombros e porões da história e memória do tempo presente.

Neste sentido, a racialização destas análises demonstram como os fenômenos do escravismo, colonialismo, capitalismo e imperialismo se articulam como parte das determinações sócio históricas em uma dialética radical que inspira rupturas de amarras que não podem nos acorrentar no passado como mera repetição do presente (Gonzalez, 2020; Moura, 2023; Ianni, 2005; Souza, 2022).

Sendo assim, o debate étnico-racial precisa ser compreendido como parte do projeto de sociedade e de nação frustrada em uma democracia ilusória, com seus mitos e instrumentos de dominação.

³ Paráfrase de trecho da música “Zumbi”, de autoria de Jorge Ben Jor (1974) e regravada pela cantora brasileira, Ellen Oléria, em 2013. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=HbBy00O5Stk>.

⁴ Alusão a música “A Carne” é uma canção do grupo Farofa Carioca, composta por Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti em 1998, imortalizada na voz da cantora Elza Soares, em 2002. Acesso em <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>.

Considerações Finais “O Debate Da Questão Étnico-Racial Na Profissão Refazendo Caminhos De “Uma História Que A História Não Conta”⁵

O percurso até aqui percorrido demonstrou como o aprofundamento em torno das relações étnico-raciais ajudam a fortalecer a direção social emancipatória da classe trabalhadora e, por conseguinte, do serviço social. Considerando os aspectos desenvolvidos nesta pesquisa encontramos importantes chaves analíticas para pensar o trabalho e a formação em Serviço Social, na medida em que reivindica na tradição marxista, uma radicalização do enfrentamento e superação do racismo como condição primordial para a superação do capitalismo (Moura, 2014 e 2019).

A dialética radical moureana interpela o papel da ciência e da produção de conhecimentos hegemônicos que relativizam ou silenciam o racismo. Deste modo, o autor propõe em diversas obras, uma ciência que contribua para retirar o negro do lugar de objeto, colocando-o como sujeito fundamental na luta de classes para os enfrentamentos à ordem capitalista, que tem no racismo uma importante arma ideológica de dominação (Moura, 2014, 2019, 2020).

Sabemos que os pressupostos e os fundamentos que direcionam a formação de assistentes sociais no Brasil se colocam em uma direção teórico-metodológica apoiada na tradição marxista tendo em vista a sua perspectiva emancipatória da sociedade.

Esta construção se dá no enfrentamento persistente da profissão para romper com o perfil profissional conservador e tecnicista, característicos das protoformas e do desenvolvimento do serviço social brasileiro até os anos 1970. Estas vertentes que em um contexto regressivo e neoconservador colocam a profissão em um campo de disputas e a instiga adensar o debate da questão social, da questão étnico-racial, do racismo, da eugenia e machismo patriarcal/sexismo como elementos a serem enfrentados radicalmente na profissão como um dos desafios centrais da luta de classes nesta quadra histórica.

Para enfrentar a perversa face do Estado neoliberal é necessário desmistificar as artimanhas do mito da democracia racial, que nos limites deste artigo, não foram desenvolvidos (Fernandes, 2008; Moura, 2019; Nascimento, 2016). Importa aqui o registro que este processo incide diretamente na reprodução ampliada do racismo como elemento da despolitização da questão étnico-racial tida como cultural, liberal e/ou exclusivamente identitária, desvinculando-a da questão social e da luta de classes. Por isso, o debate ético-racial carece ser ampliado e fortalecido nas discussões sobre o trabalho e a formação profissional em serviço social.

⁵Samba-Enredo 2019 - Histórias Para Ninar Gente Grande. G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ). Compositores: Tomaz Miranda / Ronie Oliveira / Márcio Bola / Mamá / Deivid Domênico / Danilo Firmino. Acesso em <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>

Portanto a formação antirracista coloca-se como pedra de toque para o fortalecimento da concepção do Serviço Social na História (Elpidio, 2021a).

Como já visto, são vários os elementos que oportunizam uma análise da realidade sob uma perspectiva crítica radical marxista, ancorada em especial, na análise dos processos que demarcam o escravismo que permitiu a acumulação e o desenvolvimento do capitalismo. O racismo, portanto, é um componente fundamental para o avanço e manutenção da ordem imperialista.

Esta abordagem é decisiva para a apreensão das determinações sociais do nosso tempo o que nos ajuda a trazer uma perspectiva antirracista no campo crítico, que contribua para o enfrentamento do racismo dentro e fora da profissão no movimento da luta de classes em geral.

Trazendo a dimensão empírica deste movimento, o serviço social brasileiro pelos princípios do código de ética e do projeto de formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS vem priorizando o debate desde a gestão 2017-2018 “Quem é de luta, resiste”. Primeiro, como reparação histórica ao povo negro que sofre até os dias atuais de seu violento processo de escravização e reprodução sistemática do racismo em todos os espaços da vida social. Segundo, pelo acúmulo desta pauta nos últimos anos, fruto da luta dos movimentos negros que ajudaram a formar pesquisadoras, profissionais e estudantes negros que tencionam o debate nos diversos espaços de organização, formação e trabalho do serviço social. Segundo levantamento do CFESS, hoje temos no Brasil mais de 50% da categoria autoidentificada como negra.

Por fim, pelo legado crítico da profissão que em movimento busca apreender na luta de classes as estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social visando a sua superação. Isso implica como já mencionamos no início do texto, fazer as “*pazes com a história*” (Iamamoto, 2007), que nesta quadra de agudização da crise do capital, evidencia as formas de exploração, expropriações e opressões (considerando classe, raça e gênero como elementos estruturantes no capitalismo).

Pensando neste horizonte, a categoria por meio das suas entidades tem investidos esforços no aprofundamento do debate. No âmbito do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o triênio 2017-2020 lançou uma importante campanha denominada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, constitui Grupos Temáticos de Pesquisas – GTPs, com um deles em especial, se debruça sobre o debate racial e de gênero/sexualidades. No período mais recente, um destaque está sendo dado como prioridade à questão étnico-racial, quando desde a gestão 2017-2018 um conjunto de ações de enfrentamento ao racismo no âmbito da formação profissional. Desde então a entidade

vem utilizando a figura da Sankofá⁶ como símbolo de uma Formação antirracista no Serviço Social, lançando em 2018 um documento denominado “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social” (ABEPSS, 2018).

Buscando a partir desta metáfora africana a coerência com o que já caminhamos no serviço social desde a Virada (1979) e a práxis concreta que assimila o antirracismo e anticapitalismo radical, como marcas da Formação e Trabalho Profissional que apontam para o futuro, sem perder de vista o seu legado. Tirar o debate da chamada transversalidade (atravessamento) e ao campo das chamadas diversidades para colocá-lo como chave analítica que insita uma práxis, há uma contribuição efetiva deste debate na profissão na direção da sua efetiva defesa da classe trabalhadora e sua emancipação.

A fim de materializar a proposta desta formação antirracista, evidenciamos a disputa nos currículos, que tenham conteúdos históricos, teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos disciplinas nos três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) que contribuam para apreensão crítica dos fundamentos do racismo na sociedade moderna, sua manutenção, funcionalidade e processos de resistências e lutas para a sua superação. Tem-se ainda como desafio a inclusão deste debate na pós-graduação, por meio de disciplinas, pesquisas e produções acadêmicas para o avanço e materialização desta proposta. Vale ressaltar que este quesito é colocado na lei 10.639/2003, que enfatiza o “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” nos currículos do ensino básico e superior.

Para isso, além do currículo, um conjunto de ações se colocam como instrumentos efetivos nesta luta, tais como: a efetivação da política de cotas raciais na graduação e pós-graduação assegurando as políticas de acesso e permanência estudantil; a presença de docentes negras nos cursos de graduação e pós-graduação considerando o cumprimento da lei de cotas em concursos públicos, o fortalecimento do debate em todos os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS, a presença ativa de movimentos sociais e coletivos de estudantes negros e não negros na construção de políticas antirracistas na formação em serviço social. Estas ações em conjunto, confrontam e desnaturalizam o mito da democracia racial, a meritocracia, o racismo institucional e acadêmico que dão ainda, a tônica de uma universidade seletiva e pouco democrática.

A aproximação da questão étnico-racial pode ser considerada assim “uma batida pulsante na formação em serviço social” (Elpidio, 2020). Esta direção é decisiva na disputa com vertentes que colocam o debate do antirracismo no campo do estruturalismo, do culturalismo, do subjetivismo, do liberalismo e do pensamento pós-moderno. O que exige uma formação antirracista na agenda de luta por uma liberdade radical.

⁶ A Sankofá é uma adrinkra, conjunto de símbolos africanos, esta em especial representa (que retrata um pássaro que volta sua cabeça, à cauda. Neste processo, equilibra e cuida de um ovo, como símbolo portador do futuro. A imagem pode ser traduzida pela importância de se retornar ao passado, para ressignificar o presente e construir o futuro, sem perder de vista de onde se veio e onde se quer chegar. Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> acesso em 27/08/2023.

Referencias

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional. Vitória. Dezembro de 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_soci22al-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 21/11/2022.
- COUTINHO, C. N. O estruturalismo e a miséria da razão; posfácio de José Paulo Netto. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>.
- ELPIDIO, M. H.. Os fundamentos do serviço social e a questão racial étnico-racial. In: ELPIDIO, M. H., VALDO, J. P., ROCHA, R. S. DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA: questão étnico-racial em debate. 1. ed. São Paulo : Annablume, 2021.
- FARIAS, M.. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringindo e a luta de classes no Brasil. Ver. Ser Social, Brasília. V. 19, na 41, dez:2017. Acesso https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14946/13265/25569
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ed. São Paulo: Globo, 2003.
- FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 5ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, F. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.
- FERNANDES, F. Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Revisitando o Brasil; v. 4)
- FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GALEANO, E. As veias abertas da América Latina /; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020
- GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- HAIDER, A. Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019. (Coleção Baderna).

- IAMAMOTO, M. V. (2019). Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social & Sociedade*, (136), 439–461. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.188>
- IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) *A história pelo Averso: A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V.. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.. CARVALHO, R.. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Acesso em 20/01/2024 em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNssXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3.d. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IANNI, O. *O negro e o socialismo*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- LENIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MARX, K. *O' capital – Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina editorial, 2020.
- MESZAROS, I. *O século XXI socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOREIRA, T. W.F. *Serviço Social e a luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- MOURA, C. . *O racismo como arma ideologia de dominação*. In: MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos*. Ed. Terra sem amos, Brasil, 2020.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil Negro*. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, C. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.
- MOURA, C. *O negro de bom escravo a mau cidadão?* 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Perspectivas. 2016.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, ano 2, n. 3, pp. 41-50. Brasília: ABEPSS/Grafline, 2001.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina*. In: LANDER, Eduardo

- (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. 2005. Acesso em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- ROBINSON, C. J. *Marxismo Negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- ROCHA, R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria 139 Beatriz (Org.); DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, M. L. O.. *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje*. São Paulo: Cortez. 2019.
- SILVA, A. P. . Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J.P da S.; ROCHA, R. *Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista: questão étnico-racial em debate*. São Paulo: Annablume, 2021.
- SILVA, Sandra Regina Vaz; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022 Acesso: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnk4ZVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf&lang=pt>
- SOUZA, C. L. S. de. *Racismo e luta de classe na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Editora Hucitec, 2020. (diálogos da diáspora)
- SOUZA, C. L. S. de. (2022). Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 14(2), 33–55. <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49530>
- WILLIAMS, E. *Origem da escravidão negra*. In: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- YAZBEK, M. C. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas*. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.